

**A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
PARA O ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – O EXEMPLO DA  
ILHA DA RITA/SC<sup>1</sup>**

**THE CONTRIBUTION OF THE SOCIAL REPRESENTATIONS  
THEORY TO THE STUDY OF THE CULTURAL HERITAGE – THE  
RITA'S ISLAND/SC EXAMPLE**

*Cibele Dalina Piva Ferrari*

Mestranda, bolsista Capes no Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da  
Universidade da Região de Joinville – Univille,  
cibelpiva@gmail.com

*Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes*

Doutora em História, Professora do Curso de História e do Programa de Mestrado em  
Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille,  
sandraplcguedes@gmail.com

**RESUMO**

Este trabalho ancora-se na investigação das representações sociais como ponto de partida para o estudo interdisciplinar do patrimônio cultural, possibilitando compreender os significados que ele tem para os indivíduos, seus anseios em relação ao seu patrimônio, entre outras respostas que contribuam para o desenvolvimento de políticas patrimoniais que atendam à demanda da população. O estudo da Ilha da Rita, em São Francisco do Sul, enquanto patrimônio cultural e as representações sociais que a população do município de São Francisco do Sul tem sobre ela pode subsidiar as propostas de intervenção na mesma. A partir da análise do contexto social, da aplicação de questionários e outros documentos, foi possível verificar que as representações que a sociedade circunvizinha à Ilha da Rita tem sobre ela são favoráveis à sua preservação. As representações encontradas destacaram, ainda, as questões histórica e ambiental como importantes, o que pode direcionar as iniciativas preservacionistas que serão desenvolvidas na ilha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais, Patrimônio Cultural, São Francisco do Sul/SC.

**ABSTRACT**

This work is founded in the research on social representations as a starting point for the interdisciplinary study of cultural heritage, enabling to understand the meanings that it has for individuals, their wishes about their heritage, among other responses that contribute to the

---

<sup>1</sup> Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq, Fundo de Apoio à Pesquisa da Univille - FAP/UNIVILLE, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

development of heritage's policies that meet the demand of the population. The study of Rita's Island in São Francisco do Sul, as cultural heritage and the social representations that the population of São Francisco do Sul has on it can subsidize the proposals of intervention on the island. From the analysis of the social context, and from the use of questionnaires and other documents, was possible to verify that the representations that society around the Rita's Island are favorable for its preservation. The representations emphasized, yet, historical and environmental issues as important, what may orientate the preservationist initiatives that will be developed on the island

**KEY-WORDS:** Social Representations, Cultural Heritage, São Francisco do Sul/SC.

## **Introdução**

Este artigo visa discutir a importância da análise das representações sociais para os estudos relacionados à preservação do patrimônio cultural brasileiro já que são caracterizadas como categorias de pensamento que expressam a realidade e influenciam nas atitudes dos indivíduos, gerando tomadas de posição. A pesquisa foi realizada a partir da perspectiva da interdisciplinaridade, pois se acredita que o estudo do patrimônio cultural, em suas variadas formas, tenha a interdisciplinaridade como peça fundamental para o entendimento de seus múltiplos aspectos e implicações. A interdisciplinaridade pode colaborar para uma compreensão ampla das dimensões histórica e social do objeto em estudo; as relações dos indivíduos com o patrimônio, como o representam, como se apropriam dele e como o ressignificam. Um patrimônio se constitui a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura, e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais, na perspectiva de Serge Moscovici (2009), tem muito a contribuir com este estudo uma vez que ela própria é interdisciplinar e possibilita diversas abordagens que podem levar à compreensão das apropriações que a sociedade faz sobre o patrimônio cultural, colaborando nas decisões sobre o uso do mesmo. Assim, procurou-se identificar e analisar as representações sociais que a população de São Francisco do Sul tem sobre o patrimônio cultural da Ilha da Rita, a fim de subsidiar ações futuras sobre aquele patrimônio.

Localizada no Município de São Francisco do Sul, litoral norte de Santa Catarina, no sul do Brasil, a Ilha da Rita (Fig.1), é uma das 24 ilhas que compõem a Baía Babitonga e está localizada a cerca de 400 metros do Distrito do Saí que é separado da sede do município pela baía.

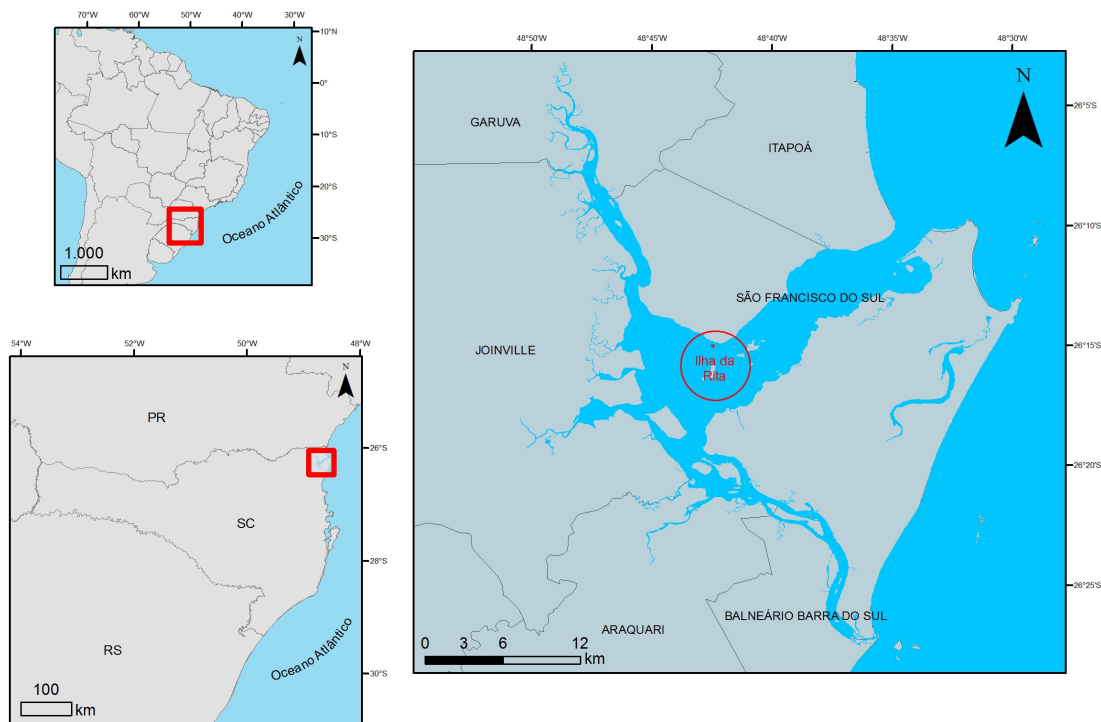


Figura 1. Baía da Babitonga em destaque a Ilha da Rita.

Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/UNIVILLE

A Ilha da Rita foi utilizada como posto de abastecimento de água potável e óleo combustível aos navios da Marinha Brasileira. Para isso foram adquiridas terras de uma fazenda no Distrito do Saí onde havia uma nascente de onde a água era conduzida até a Ilha e depositada em reservatórios. Apesar da Ilha já ter sido adquirida pela Marinha em 1916, a base naval foi construída bem mais tarde e inaugurada em 1940, com a presença do então Presidente da República Getúlio Vargas, atingindo o auge de sua utilização durante a Segunda Guerra Mundial como ponto militar de importância estratégica. Neste período, a Ilha contou com a presença de militares que contribuíram com um intercâmbio cultural verificado entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (THIAGO; COELHO, 2001).

Faz-se necessário frisar que, provavelmente, a construção da base naval na Ilha vinha ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro para com a região que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando apreensão ao Governo de Vargas durante a Segunda Guerra Mundial (GUEDES, OLIVEIRA NETO & OLSKA, 2008). Com o fim da Guerra, a Ilha foi perdendo sua função como base naval e, em 1968, a Marinha a devolveu ao Município de São Francisco de Sul que continuou a utiliza-la como posto de abastecimento de navios, sob a responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul. Com a modernização do Porto, esta função também acabou caindo em desuso e outras foram pensadas, mas dada a

impossibilidade de efetivação, a Ilha foi abandonada (THIAGO; COELHO, 2001; BOHN, 2010). Após algumas negociações, em 1999, a Ilha foi cedida à Universidade da Região de Joinville – Univille, que desde então, desenvolve diversos estudos e projetos naquele espaço, inclusive o que verifica, através de uma abordagem interdisciplinar que envolve história, geografia, biologia, arqueologia e arquitetura, a possibilidade e procedência de sua revitalização, restauração e abertura pública para visitação ao qual o projeto que possibilitou a elaboração deste artigo está vinculado<sup>2</sup>.

Diante disto, através de uma abordagem metodológica quali-quantitativa, com a realização de pesquisa documental em arquivos, entrevistas orais e aplicação de questionários, buscou-se identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha da Rita. A amostra para a aplicação dos questionários foi de 300 indivíduos, habitantes de São Francisco do Sul, sendo dividida, proporcionalmente à população, entre a sede do município e o Distrito do Saí. A análise pretendeu identificar, além das representações sociais, também como elas são constituídas, como as pessoas entendem o patrimônio cultural local, de quem é a responsabilidade pelo cuidado da Ilha da Rita, bem como as possibilidades de reutilização do espaço e o envolvimento da população em iniciativas ali desenvolvidas.

### **O estudo do patrimônio cultural a partir da Teoria das Representações Sociais**

Todas as interações humanas pressupõem representações e é esta interação que as caracteriza (MOSCOVICI, 2009). Representação é o meio pelo qual os indivíduos representam objetos do seu mundo e é um conceito que se encontra em várias disciplinas que buscam compreender a relação das construções simbólicas com a realidade social. A palavra “representação” se refere a vários tipos de atividades e é amplamente utilizada na antropologia, sociologia, artes, história, literatura, filosofia e psicologia, entre outras áreas, sendo que nestas duas últimas possui características dinâmicas e comunicativas (MARKOVÁ, 2006).

São as mediações sociais que geram as representações sociais e estas, por sua vez, influenciam nos processos de mediação, na relação do sujeito com o diferente, buscando interpretar, entender e construir relações entre as coisas (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH,

---

<sup>2</sup> Projeto de Pesquisa ligado ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” e coordenado por Sandra P. L. de Camargo Guedes.

2009). É grande a diversidade de estudos e formas de aplicação da teoria das representações sociais. Moscovici defende a psicologia social como uma abordagem, que não poderia ser definida apenas por uma teoria, uma corrente e método, mas como uma ciência interessada pelos fenômenos de ideologia e comunicação, centrando no estudo da realidade social seu foco de investigações (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). Moscovici definiu o campo específico da psicologia social como

o estudo de processos culturais que são responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento de relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições), através dos quais os homens agem e interagem, pela codificação da conduta interindividual e intergrupal, que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social. (MOSCOVICI, 2009, p. 154)

Desde sua criação na década de 1960, marcada pelo lançamento do livro *La psicanalisis, son image et son public* de Serge Moscovici, a Teoria das Representações Sociais tem alcançado grande importância na psicologia social e seu campo de estudo tem crescido consideravelmente. Novas perspectivas teóricas e metodológicas enriqueceram o estudo dos processos de construção social da realidade, sendo este um marco explicativo dos fenômenos psicossociais complexos e variados em contextos culturais heterogêneos (RODRÍGUEZ, 2004). É uma teoria que propõe uma visão global das relações e comportamentos humanos, possibilitando maior compreensão e ação sobre a realidade. Ao explicar o processo em que convergem conceitos básicos como sentido comum, vida cotidiana e linguagens, procura mostrar como se organiza o pensamento que culmina em uma determinada representação que é compartilhada por um determinado grupo social. A Teoria das Representações Sociais propõe uma abordagem metodológica plural na pesquisa do pensamento do senso comum, privilegiando a construção social deste pensamento.

Moscovici retoma o conceito de representação coletiva da sociologia e da antropologia desenvolvidos por Durkheim e Lévi-Bruhl, para estudar os modos de pensamento das sociedades contemporâneas e propõe sua teoria, onde analisa a maneira pela qual a psicanálise permeia a sociedade e participa da construção do senso comum. Dessa forma, confere ao conceito geral de Durkheim uma especificidade no campo da psicologia social ao propor uma concepção das representações sociais como fenômenos particulares, como uma forma específica de conhecimento (RODRÍGUEZ, 2004). Segundo Rodríguez, Moscovici vai além de Durkheim definindo o que são as representações sociais, como se constroem cognitivamente e socialmente, apontando uma metodologia de análise, associando-a a novas

formas de pensamento, tornando-se um marco da contemporaneidade, possibilitando que as representações sejam estudadas tanto individual quanto conjuntamente.

O autor afirma, ainda, que Moscovici desenvolveu uma psicologia social do conhecimento, centrando sua atenção na construção do pensamento social, na maneira que os indivíduos formam teorias com o objetivo de interpretar o mundo e interagir nele (RODRÍGUEZ, 2004). Durkheim estava centrado em estudar as representações enquanto produtos sociais, já Moscovici se interessa não apenas pelos conteúdos das representações enquanto produtos sociais, mas também pelos processos de construção e pelo contexto da elaboração das mesmas. A teoria de Moscovici se apresenta como um marco conceitual mais flexível, pois permite analisar as representações sociais em vários níveis: individual, nos grupos, nas grandes estruturas sociais e também institucionais.

Existem muitas diferenças entre Moscovici e Durkheim, entretanto, ambos consideram as representações como entidades quase tangíveis (RODRIGUEZ, 2004) que se cristalizam nas grandes produções sociais (mitos, crenças, lendas, religiões, etc.) e também nos gestos cotidianos, nas palavras, nas relações sociais, na forma de ver o mundo e nas comunicações.

Diante disso, pode-se considerar que o estudo das representações a partir da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici configura-se como um importante recurso para estudar o pensamento social e seus mecanismos de forma ampla. A diferença entre o conceito de representação coletiva, representação e o de representação social está na sua gênese e não na sua natureza. O individual e o coletivo são níveis de análise que se complementam, contribuindo para a investigação da construção social da realidade.

Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes condiciona ou até mesmo responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. Na minha opinião, a tarefa principal da psicologia social é estudar tais representações, suas propriedades, suas origens e seu impacto. Nenhuma outra disciplina dedica-se a essa tarefa e nenhuma está melhor equipada para isso (MOSCOVICI, 2009, p. 42).

Psicologicamente, as representações trabalham na adaptação, na inclusão, familiarizando os objetos aos indivíduos. Socialmente, as representações são o conhecimento coletivo organizado. As representações são primeiro sociais e depois individuais, pois são elaboradas com base em um processo cognitivo individual, mas tomam como referência o meio (RODRÍGUEZ, 2004). Contudo, nem todo pensamento social é uma representação. Moscovici insiste em sua especificidade, porque se diferencia de outros tipos de

conhecimento socialmente elaborados como as modas, as correntes políticas ou religiosas, entre outros. As representações sociais orientam as atividades sociais e são uma postura frente a realidade social.

As representações são sociais, pois se baseiam no cotidiano, nas pessoas que criam suas próprias realidades, servindo-se delas para se comunicar e se identificar. Diante disto, devem ser estudadas coletivamente, levando em consideração os aspectos atitudinais, as emoções, as formas de comunicação, as explicações causais e o comportamento frente ao objeto e ao cotidiano. A psicologia social tem como objeto o acontecimento social e não tem como identificá-lo e conhecê-lo fora do lugar social (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011). As representações permitem que se criem redes sociais de elaboração e transmissão de informação. Por terem um caráter social, as representações servem como ferramentas de coesão das comunidades e dos grupos e, por vezes, de contradições que os diferenciam.

As representações são dinâmicas, tanto sua elaboração quanto reelaboração constituem em si mesmo um processo criativo e cognitivo, no qual as pessoas e os grupos procuram entender a realidade que as cercam (RODRÍGUEZ, 2004). As representações permitem elaborar novas representações por meio de dois processos: um que opera sobre as representações que já existem e outro através da assimilação de novas informações e contradições que acontecem na interpretação do meio. Os indivíduos tomam como referência o conhecido para tentar ordenar, explicar e atuar perante o que é novo, e a partir das dimensões atitudinais, informativas e do campo da representação elaboram novas representações com vistas a interpretar a realidade. Estas representações são construídas dentro dos grupos de pertencimento, configurando, então, uma visão comum da realidade, que permite ter uma identidade social em relação ao meio e aos objetos.

As representações sociais têm como função convencionalizar os objetos (MOSCOVICI, 2009), descrever, classificar e explicar a realidade. E dessas funções se desdobram outras: de comunicação, de orientação e justificação de comportamentos, de identificação, de integração do novo, de equilíbrio cognitivo e social, bem como de normativa das relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004). As representações não se referem somente ao conteúdo, mas também ao processo da atividade psíquica que implica na apreensão ou criação da realidade, que atua como mediadora entre os processos perceptivos e cognitivos, os quais produzem um signo, uma imagem, uma representação.

O contexto é um importante aspecto na compreensão das representações sociais, pois é onde elas são criadas, é o meio que as influencia e é também o meio que será influenciado por elas. É através do estudo do contexto que se pode procurar identificar o processo e os fatores

que influenciam o desenvolvimento e o arraigamento das representações sociais. O indivíduo materializa uma ideia abstrata em função tanto de sua experiência e criatividade pessoal quanto das normas e valores sociais do contexto em que está inserido. As representações sociais fazem parte das caracterizações dos grupos, das comunidades e das culturas em períodos históricos determinados. Contudo, elas não explicam toda a dinâmica social, pois são partes do conhecimento social, uma expressão do pensamento não formalizado de determinada sociedade ou grupo.

As representações sociais são desenvolvidas através da comunicação e a partir da combinação de conhecimentos científicos socializados, crenças, saberes tradicionais, ideologias e outros sistemas de pensamento, e são consideradas um ato criativo, de aquisição e organização de conhecimento e de ideias, bem como de formas de interpretar a realidade. De acordo com Moscovici, as representações são prescritivas e ninguém está livre deste condicionamento:

Nenhuma mente está livre dos efeitos dos condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagens ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (MOSCOVICI, 2009, p. 35).

A maior parte do que os indivíduos fazem é condicionada pelo grupo, pela sociedade a que pertencem. Muitas das ações consideradas naturais ou casuais são frutos da programação social, e a partir disto acredita-se que nenhum comportamento pode ser compreendido ou alguma representação identificada se não forem observados os aspectos relativos à construção social desse conhecimento, desta postura e o local em que ocorrem estes processos.

Segundo Moscovici, existem dois processos pelos quais um conhecimento é transformado em representação e uma representação transforma o social: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem refere-se à incorporação ou assimilação do novo ao sistema de categorias funcionais e familiares com as quais os indivíduos organizam seu pensamento. Ancora ideias estranhas, reduz estas ideias a categorias, em imagens comuns, tornando-as familiar (MOSCOVICI, 2009). A ancoragem constitui ao objeto valor de referência para o indivíduo e para o grupo, possibilitando a integração da representação do objeto em um sistema de valores, classificando-o. Valor pelo qual os indivíduos desse grupo, uns em relação aos outros, encontram material de diferenciação ou de identificação dentro e fora do grupo. A ancoragem institui o objeto na dimensão cultural e social do grupo (RODRÍGUEZ, 2004).



Esta reconstrução do objeto está determinada formalmente no nível das operações do discurso, do pensamento e da atividade cognitiva. A ancoragem é extremamente relevante para a compreensão das representações sociais, pois possibilita a percepção dos fatores históricos, sociais e culturais envolvidos neste processo (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011).

A objetivação transforma algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o que está na mente em algo pertencente ao material, que exista no mundo físico (MOSCOVICI, 2009). A objetivação confere a possibilidade de tornar real o conceito ancorado, e cada grupo possui seus próprios instrumentos para isso.

A objetivação e a ancoragem são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009, p. 88).

Assim, estes dois mecanismos atuam na familiarização do novo, atuando nos processos psíquicos de interpretação e inserindo-o ao conhecimento social, para então ser possível sua materialização. Fica impossível então, encontrar neutralidade nas representações, pois elas sempre envolvem um sistema de classificação e denotação de valores, inserção em categorias, denominações e julgamentos. É dada uma identidade social ao que não estava identificado, tornando o conhecimento parte da linguagem comum (MOSCOVICI, 2009).

Outro importante conceito ligado à Teoria das Representações é o conceito de Temata (MARKOVÁ, 2006). Definido como uma série de conceitos gerais, de ideias-força, profundamente enraizadas na memória coletiva de um grupo, envolvem conceitos que se opõem e que irão atuar na formação de diversas formas de compreensão dos mesmos objetos. Ao se compreender a temata, é possível determinar os conteúdos comuns expressos pelas conversações cotidianas, que geram as representações sociais. Chega-se ao núcleo das representações; a ideia poderosa e comum que influencia o pensamento dos grupos. A partir do conhecimento da temata pode-se agir sobre a realidade e tentar modificá-la. Neste caso a preservação ou não do patrimônio cultural.

Visando essa preservação do patrimônio cultural, a Teoria das Representações Sociais sob o aspecto da interdisciplinaridade permite estabelecer comunicação entre ela e os diversos campos de conhecimento de forma interativa e recíproca, de modo a garantir a compreensão cada vez mais clara do objeto de pesquisa. Essa teoria consegue uma interação com todas as Ciências Humanas, pois articula múltiplas perspectivas de diferentes campos de pesquisa

(JODELET, 2002). A própria teoria tem uma posição híbrida, ao apresentar interconexões entre noções psicológicas e sociológicas.

A interdisciplinaridade propõe superar a visão fragmentada da produção do conhecimento e permite uma reflexão profunda e crítica sobre esse conhecimento, não devendo ser vista como uma escolha entre vários modos opostos de produção de conhecimento, mas sim como a utilização de alternativas que se complementam (PHILIPPI & SILVA NETO, 2011, p. 179). É necessária para a interdisciplinaridade a intercomunicação entre as disciplinas, a mútua colaboração, através de diálogo compreensível, pois a simples troca de informações disciplinares não constitui método interdisciplinar (JAPIASSÚ, 1976).

Pensar e agir de forma interdisciplinar apoia-se no princípio de que não existe uma fonte de conhecimento completa por si só, sendo necessária a interação com outras áreas para compreensão das coisas o mais próximo possível da completude. Isso é buscado na contemporaneidade quando se almeja um conhecimento amplo, que seja absorvido na forma mais próxima da realidade possível. O objetivo é que a ciência vislumbre a possibilidade de diálogo entre as disciplinas, aproximando saberes científicos, bem como interagindo com o senso comum.

Tenta, pois, o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpenetrar por elas. Aceita o conhecimento do senso comum válido, pois é através do cotidiano que damos sentido às nossas vidas. Ampliado através do diálogo com o conhecimento científico, tende a uma dimensão utópica e libertadora, pois permite enriquecer nossa relação com o outro e com o mundo. (FAZENDA, 1999, p. 17)

Para haver interdisciplinaridade há a necessidade de especialistas que sejam capazes de dialogar com outras áreas e também com o senso comum, procurando dar conta, ao mesmo tempo, do particular e da complexidade do real. Pedro Demo (1998) sugere que a prática de pesquisa em grupo é a mais indicada para essa abordagem, pois possibilita a cooperação qualitativa entre os especialistas, mediados por diálogo e métodos acessíveis a todos.

Diante disto, a abordagem interdisciplinar do estudo das representações sociais possibilita a problematização do cotidiano enquanto campo de produção histórico-social do saber. A história está sendo feita, representada, recriada e ressignificada ao mesmo tempo, assim como as relações do homem com a materialidade e a imaterialidade do Patrimônio Cultural ocorrem simultaneamente. As possibilidades de uma abordagem interdisciplinar do Patrimônio Cultural da Ilha da Rita a partir da História e da psicologia social possibilitam, justamente, essa compreensão ampla dos múltiplos processos históricos e sociais que ocorrem

com o patrimônio cultural na contemporaneidade. Os processos de identificação, ressignificação, apropriação, valorização, defesa e difusão do patrimônio estão intimamente ligados aos processos do conhecimento social da realidade, bem como a partir de uma compreensão histórica da realidade representada. Fazendo com que os grupos se identifiquem, identifiquem-se ou não com o patrimônio, incluindo-o ou não no seu cotidiano. Diante disto, a importância do estudo das representações sociais se dá pois

a noção de representação social é uma noção concebida para explicar o que une as pessoas a um grupo ou a uma sociedade, e os faz agir em conjunto. Com o objetivo de permanecerem unidas, as pessoas criam instituições e seguem um conjunto de regras, que demandam um sistema de crenças e de representações compartilhadas próprias de suas culturas (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 117).

Identificar e perceber quais os aspectos de união e convergência de uma sociedade em torno do patrimônio e a história nele representada possibilita que sejam elaboradas políticas patrimoniais voltadas aos interesses desta sociedade. Isto porque “o estudo das representações sociais é mais do que a listagem de sentidos verbalizados sobre objetos, e sim uma tentativa de abarcar o marco do jogo representacional e sua complexidade em esferas públicas” (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2011, p. 169). A análise da realidade e do jogo representacional da mesma não se dá apenas para que este conhecimento seja listado e compreendido em suas mais variadas esferas, mas também que ele possa transformar a realidade.

### **O patrimônio cultural e a Ilha da Rita**

A noção de patrimônio e sua associação com a ideia de referencial identitário estão ligadas à emergência dos Estados Nacionais, quando a preservação de determinados bens estava ligada à utilização dos mesmos como referenciais da nação, elementos a partir dos quais poderia ser construída a identidade nacional. Para além do contexto da institucionalização do patrimônio, ele apresenta-se como um bem designado ao usufruto de uma comunidade, e suas dimensões são variadas, congregando o passado comum dos objetos (CHOAY, 2006) e também as pessoas a este passado. Nesse sentido, Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço. Pellegrini (2009, p. 23) concorda com a

importância que o patrimônio e as memórias que ele carrega têm para a formação da identidade, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias – suportes preciosos para a formação do cidadão”.

Na mesma linha, a Constituição do Brasil (1988) no Artigo 216 estabelece que o patrimônio cultural é composto pelos bens materiais e imateriais que se referem “à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Como um dos fatores identificadores e promotores de cidadania, o patrimônio cultural se relaciona com a noção de origem e de pertencimento, que se dá através da memória histórica. A preservação e o registro do patrimônio cultural são questões relevantes e fundamentais para sociedades que percebem no seu patrimônio a riqueza de memória, valores e sentimentos que eles carregam.

O conceito de patrimônio cultural está em constante processo de elaboração, o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolveram as escolhas (LE GOFF, 1990). Funari e Pinski (2009, p. 16) afirmam que a constituição do patrimônio cultural “é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar”.

O patrimônio cultural está inserido em um debate sobre valores sociais, sendo que a patrimonialização de um bem perpassa a atribuição de sentidos, usos e significados. O bem cultural não possui, por si só, aspectos valorativos, mas, são os indivíduos que irão lhe atribuir significados dentro de um campo de disputas, afirmação e legitimação de identidades, bem como de processos de ativação de memórias.

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade (PELEGRINI, 2009, p. 24).

O direito à memória refletida no patrimônio cultural está diretamente ligado à formação do indivíduo enquanto cidadão, pois pressupõe o reconhecimento da diversidade e necessidade de convivência entre grupos com características culturais distintas (PELEGRINI, 2009). O patrimônio cultural é construção social derivada da memória social, e também pode ser tomado como um dos suportes desta memória social, pois produz identidades que determinam o modo como os indivíduos se apropriam da realidade (SALVADORI, 2008).

## Discussão dos Resultados

A análise dos questionários se deu a partir da tabulação dos dados coletados em programa de computador que possibilitou a transformação dos dados em números. Inicialmente foi feita a definição do perfil dos entrevistados, buscando identificar os grupos sociais abordados na aplicação dos questionários. Assim, procurou-se definir idade, gênero, escolaridade, ocupação (Fig. 2), e também a naturalidade o tempo de residência em São Francisco do Sul e o motivo da mudança no caso de não ser natural dali. A divisão entre gênero e idade foi feita de forma similar, sendo esta uma escolha metodológica. As demais questões buscavam identificar as opiniões do entrevistado sobre o que é patrimônio cultural, quem deve preservá-lo e por que, como avalia a atenção do governo municipal para a cultura tanto no Distrito quanto na sede do município, assim como o que entendem sobre a Ilha da Rita, sua história, sua situação atual e as possibilidades relativas à sua utilização e o envolvimento da população nestas iniciativas.

➤ Gênero:	➤ Escolaridade	➤ Ocupação
Mulheres: 49%	Nenhuma: 3%	Assalariado: 45%
Homens: 51%	1º Grau <u>Incompl.</u> : 15%	Aposentado: 15%
	1º Grau Compl.: 10%	Autônomo: 9%
	2º Grau <u>Incompl.</u> : 3%	Desempregado: 3%
➤ Idade:	2º Grau Compl.: 38%	Dona de casa: 4%
18 a 29 anos: 33%	Superior <u>Incompl.</u> : 16%	Empresário: 15%
30 a 49 anos: 34%	Superior Compl.: 13%	Estudante: 5%
Acima de 50: 33%	Pós-graduação: 2%	Pescador: 4%

Figura 2. Perfil dos entrevistados através do questionário.  
Fonte: Das autoras, 2012.

A identificação dos grupos sociais e das diferenças ou semelhanças entre as respostas, a discussão dos motivos que fazem com que sejam de tal modo, a forma como são construídas tendo em vista a composição e as características de determinado grupo, possibilita a identificação das representações destes grupos. A partir da análise das respostas quantitativas com a pesquisa qualitativa em documentos escritos e entrevistas orais foi possível encontrar as temáticas, entre elas o valor que o patrimônio histórico e ambiental possui para a população

de São Francisco do Sul e a forte ligação disto com o turismo. Essas temáticas, certamente, influenciam nos processos de ancoragem e objetivação das representações sociais dessa população sobre a Ilha da Rita.

O enunciado das perguntas foi apresentado aos entrevistados e as respostas foram dadas com suas próprias palavras, sendo encaixada conforme os níveis pré-definidos na confecção do questionário. Sendo assim, ao serem questionados sobre o que é patrimônio cultural, os entrevistados responderam da seguinte forma: 69% que são bens que possuem valor e significado, 15% aquilo que é guardado/acumulado ao longo dos anos, 14% que são museus, praças, monumentos e locais de memória e 2% que é a propriedade de uma pessoa (Gráfico 1). Percebe-se que a maioria dos entrevistados tem uma representação bastante instruída acerca do patrimônio cultural, o que já foi identificado por Roberta Silva Pauli (2010), e isso se deve ao fato de que o Centro Histórico de São Francisco do Sul é tombado pelo IPHAN desde 1987, sendo o patrimônio cultural um assunto recorrente no município, seja em projetos desenvolvidos para a população, ou em discussões cotidianas.

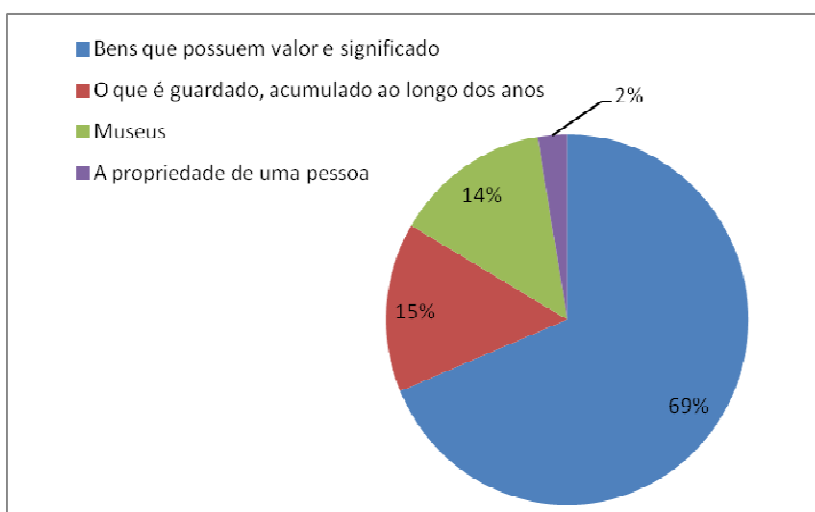


Gráfico 1: O que é Patrimônio Cultural?  
Fonte: Das autoras, 2012.

Contudo estes dados estatísticos não exprimem as representações sociais por si só, é necessário que sejam analisadas as respostas tendo em vista a identificação dos grupos sociais, buscando compreender as motivações das respostas dentro da constituição do grupo ao qual pertencem. A fim de exemplificação, foram selecionados apenas os dados relacionados à influência da escolaridade dos entrevistados na elaboração de suas representações sobre o patrimônio cultural, fator que pode ser observado nos Gráficos 2, 3 e 4.

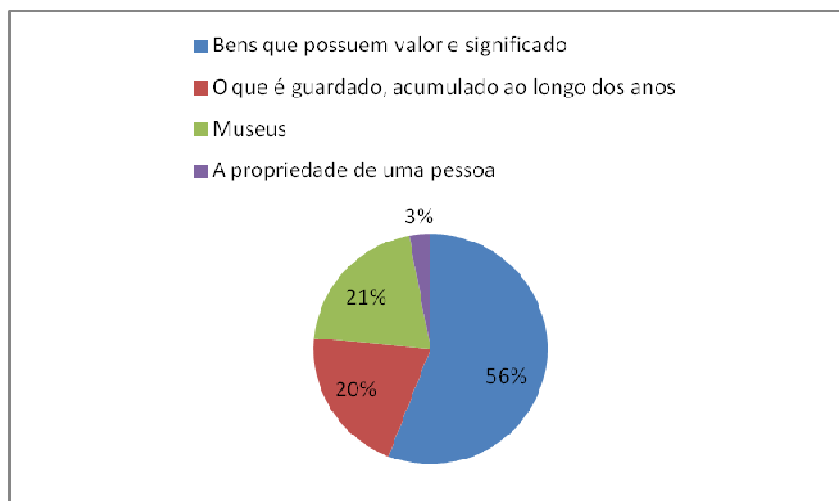


Gráfico 2: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade até 1º Grau Completo  
Fonte: Das autoras, 2012.

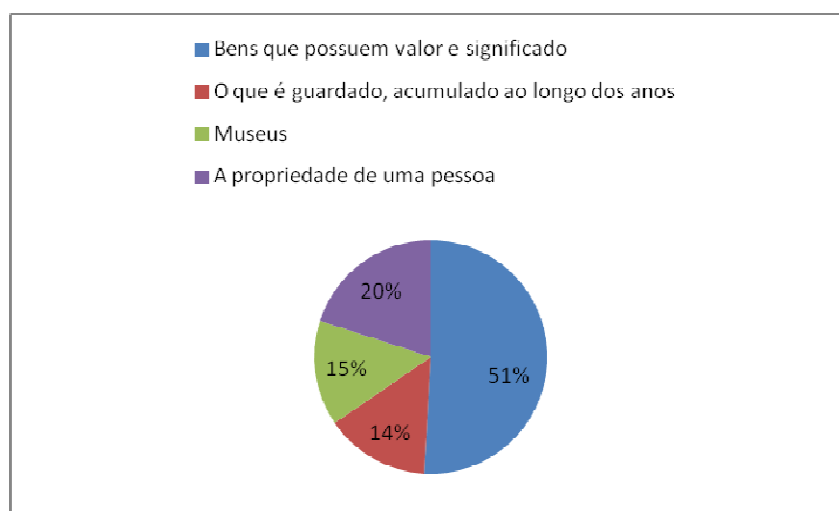


Gráfico 3: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade 2º Grau Incompleto e Completo  
Fonte: Das autoras, 2012.

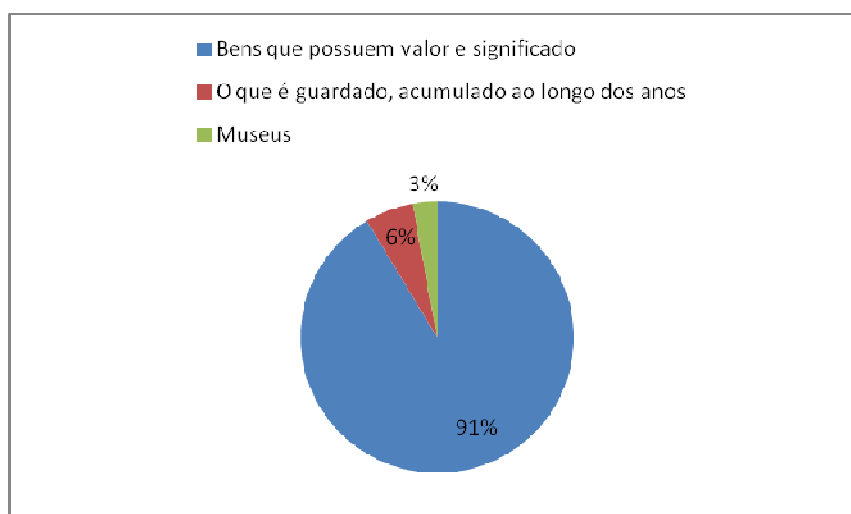


Gráfico 4: O que é Patrimônio Cultural? – Escolaridade Graduação e Pós-graduação  
Fonte: Das autoras, 2012.

De acordo com essas informações, percebe-se que o acesso à educação influencia muito na criação das representações sociais sobre o patrimônio cultural, bem como a idade – entre os 91% dos entrevistados que são ou estão se graduando e os que são ou estão na pós-graduação, 54% tem entre 18 e 29 anos, 32% entre 30 e 55 anos e os 14% restantes possuem mais de 56 anos. É com este exemplo que o presente artigo quer demonstrar como a posição que o indivíduo ocupa socialmente irá influenciar na construção das representações sociais do mesmo e que, a partir do estudo destas motivações podem ser desenvolvidas atividades ligadas ao patrimônio cultural que contemplem essas características.

Com relação à pergunta sobre o que entendem sobre a Ilha da Rita, 97,5% dos entrevistados a consideram um patrimônio cultural, sendo que os principais motivos apresentados são a sua riqueza histórica e ambiental. 86% afirmaram que sua importância se deve ao patrimônio histórico, ao patrimônio ambiental, ou a estes dois aspectos como um conjunto e 14% a consideram um patrimônio cultural por ser um bem da região, do município, ou da população. O restante dos entrevistados (2,5%) justificou sua negativa afirmando que a Ilha da Rita é propriedade da Marinha.

Por ser parte de um ecossistema rico e diversificado – a Baía Babitonga – a questão ambiental é uma ideia central forte quando se fala de Ilha da Rita, que aparece em conjunto com a importância histórica. Isto é nitidamente refletido nos questionários, principalmente na questão que interroga a respeito do que deve ser feito na Ilha; 69% opinou que deve ser feito um museu sobre a história da Ilha e a construção de trilhas para conhecer o interior da mesma e sua riqueza natural, as outras sugestões são a exclusividade de projetos educativos (14%), reserva florestal (12%), parque temático (4%), e também a implantação de um hotel e de um bondinho até o Distrito (1%). E a importância da história e do meio ambiente estão intrinsecamente ligados a outra ideia central forte para a população de São Francisco do Sul: o turismo. As questões levantadas pelos entrevistados a respeito da importância do patrimônio cultural na cidade e também da Ilha da Rita ligavam-se imediatamente a como isso reverteria positivamente para o desenvolvimento da atividade turística no município.

### **Considerações finais**

Diante do que foi colocado, uma das possibilidades para compreender os significados que o patrimônio cultural tem para com os indivíduos, bem como a forma como esses significados são construídos socialmente e influenciam nos processos de reconhecimento e



preservação, é o estudo das representações sociais. Como categorias de pensamento que expressam a realidade, buscam explicações e justificativas, fomentando novos questionamentos, são matéria-prima muito importante e ferramentas para ações pedagógicas e políticas de transformação, pois retratam e refratam a realidade segundo determinado segmento da sociedade (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2009).

Acredita-se que a análise das representações sociais a partir da identificação das temáticas que influenciam na ancoragem e na objetivação destas representações é uma possibilidade que a Teoria das Representações Sociais fornece para o estudo do patrimônio cultural. Permite que sejam desenvolvidas iniciativas relacionadas ao patrimônio cultural que estejam em convergência com os interesses da sociedade e conhecer quais os motivos que influenciam a forma como os grupos sociais se relacionam com o patrimônio. Assim, a partir dos resultados da análise da documentação, viu-se como principais temáticas a importância da Ilha enquanto patrimônio cultural devido a importância dada a sua história e natureza exuberante. Desta forma, pode-se considerar, que as iniciativas que serão desenvolvidas na ilha devam estar relacionadas à sua história e a sua riqueza natural, que é o que destaca sua relevância para o município. E isto tem estreita ligação com outra temática identificada na cidade: a importância do turismo como atividade econômica para a cidade de São Francisco do Sul. A partir dessas temáticas é que são ancoradas e objetivadas as representações da população de São Francisco do Sul sobre a Ilha, sua condição de Patrimônio Cultural e as ideias a respeito das iniciativas que podem ser desenvolvidas ali. O que irá determinar o interesse dos entrevistados sobre a Ilha envolve sua formação familiar, social, bem como sua condição profissional.

Salienta-se, ainda, que as questões que envolvem o patrimônio cultural merecem ser objetos de políticas públicas eficientes e que atendam à demanda da população. Para além da preservação do patrimônio, acredita-se que a sua função social deva ser analisada e estar presente na elaboração dessas políticas. Dado que “a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 59).

## Referências

ALMEIDA, A. M.O.; SANTOS, M. F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Orgs.). **Teoria das representações sociais: 50 anos**. Brasília: Tecnopolitck/Centro Moscovici, 2011.

BOHN, L. R; D.. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita:** refletindo sobre identidades e herança cultural. 2010. 99 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRASIL. **Constituição (1988).** Disponível em: <www.iphan.gov.br>. Acesso em: 23/07/2011.

CHOAY, F.. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

DEMO, P. **Conhecimento moderno:** sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1998.

FAZENDA, I. **Práticas interdisciplinares na escola.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FUNARI, P.P.A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Está apenas nas considerações finais.

FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e patrimônio cultural.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009

GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GUEDES, S. P. L. C.; OLIVEIRA NETO, W.; OLSKA, M. G. **O exército e a cidade.** Joinville: Editora Univille, 2008.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JODELET, D. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.), **Representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais:** as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** Investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PAULI, R.C.S. L. R; D.. **Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul.** 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade - Universidade da Região de Joinville), Joinville, SC.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PHILIPPI, A. & SILVA NETO, A. **Interdisciplinaridade em ciência: Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011.

RODRÍGUEZ, E. R. (Org). **Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas**. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.

SALVADORI, M. A. B. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

THIAGO, R. S.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. **Revista Univille**, Joinville (SC), v.6, n.2, p. 49-62, 2001.